

Governo tenta captar o apoio

maciço da sociedade

O GLOBO Sexta-feira, 12/7/85

O PAÍS • 3

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney considera perigoso governar sem partidos fortes, mas face a atual desorganização do quadro partidário, que resulta em apoio inseguro no Congresso, partirá para uma agressiva busca de apoio da sociedade e da opinião pública. A reunião dos Governadores do dia 17, o pronunciamento à Nação do dia 22 e a nova política de comunicação social, que será calçada na propaganda dos atos governamentais, são peças dessa ofensiva junto à opinião pública.

A reunião dos Governadores, segundo fonte credenciada do Planalto, não foi pedida pelo Presidente, mas como se viabilizou pela ação de Franco Montoro será utilizada como início de uma campanha de apoio para respaldar a renegociação da dívida externa. Seu principal dividendo será o efeito que terá sobre a opinião pública, que ao final terá seu retorno sobre o próprio Congresso.

O Presidente não acredita que os Governadores sejam capazes — tal

como entendem alguns deles — de pressionar suas bancadas para que ampliem a sustentação do Governo no Congresso. Na disputa pelos cargos, no início do Governo, as bancadas já teriam revelado seu caráter insubordinado aos Governadores. Ao contrário do que se especula no Congresso, o Planalto não espera que eles cobrem qualquer “preço fisiológico” pelo apoio irrestrito que manifestarão ao Presidente, através de um documento, depois do encontro do Alvorada.

O Palácio do Planalto acompanha com atenção as dissensões e rachas que ocorrem no PMDB e em outros partidos, bem como a proliferação de novas siglas, de base pouco promissora. Sem poder interferir na vida partidária, o Governo avalia que só daqui a seis ou oito meses, passadas as eleições municipais, o quadro se reassentará, oferecendo uma visão do que possa ser considerado base de apoio.

Enquanto isso, diz um assessor

presidencial, o Executivo não pode caminhar solitário, com os desafios que tem pela frente, que vão da renegociação da dívida externa à execução da reforma agrária. Para suprir o vazio, o Governo confia em mobilizar a opinião pública, tendo-a a seu lado como fonte de apoio à execução do programa de metas que o Presidente anunciará ao País.

Passada a agitação eleitoral, o Planalto espera ver repetir-se o que aconteceu no Colégio Eleitoral, quando a opinião pública favorável a Tancredo Neves influiu diretamente sobre o Congresso, destroçando as forças malufistas.

Nessa fase posterior, com o quadro partidário reorganizado — até mesmo com a possível formação de um grande partido de apoio ao Governo — o Presidente Sarney poderá rever a composição do Executivo Federal em diversos escalões, demitindo ou alijando as forças que nele estão mas lhe negam sustentação e apoio no Legislativo.

Discurso de Sarney definirá metas econômicas

BRASÍLIA — Em discurso à Nação na noite do próximo dia 22 o Presidente José Sarney definirá o programa sócio-econômico de seu governo, fará um balanço das medidas adotadas desde a posse e relatará a herança que recebeu de seu antecessor, João Figueiredo.

Segundo assessores do Palácio do Planalto, Sarney anunciará as diretrizes e metas que nortearão sua administração até o fim do mandato, em um pronunciamento que terá conteúdo basicamente econômico mas cujo objetivo será essencialmente político.

O discurso deixará implícito, de acordo com outra fonte do Palácio do Planalto, que todos os Ministros terão de se enquadrar nas metas anunciadas, terminando com as divergências que têm dado à opinião pública impressão de desentendimento na equipe de governo.

O presidente abordará as metas estabelecidas pelo Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento para o governo eleito a 15 de janeiro deste ano, com ênfase na área social, como o programa de irrigação de um milhão de hectares de terras no

Nordeste e um programa de escolarização de adultos e de menores.

Sarney manifestará sua confiança no futuro do País, apesar das graves dificuldades econômicas existentes. Lembrará que a Nação dispõe de forte infraestrutura, de parque industrial que, bem mobilizado, poderá contribuir para a superação da crise. Ele vai ressaltar que no passado o Brasil dependia de preços ocasionais de matérias-primas mas hoje tem menos dependência de capital e tecnologia estrangeiros.

Boa parte do discurso — que terá de 20 a 30 minutos — será dedicada à questão da dívida externa. Assessores do Planalto informaram que Sarney deverá anunciar as premissas fundamentais das negociações com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos credores. Essas premissas, que poderão ser aprofundadas no discurso, se baseiam no compromisso de o Governo não aceitar condições de negociação que impliquem maior sacrifício da população. O Presidente reafirmará que rejeita a alternativa de reduzir a inflação

com a recessão, já que isso teria grande custo social.

O ponto de vista do Governo é de que o modelo de negociação da dívida externa deve ser montado a partir da meta de crescimento de cinco por cento este ano.

Quanto ao relato da herança que recebeu do Governo João Figueiredo, José Sarney não adotará um tom de denúncia ou de crítica contundente, segundo os assessores do Planalto. Limitar-se-á a expor a situação em que recebeu o País.

No balanço dos primeiros quatro meses de sua administração, mostrará os avanços obtidos até agora, como a política de ajuste econômico, com a redução dos gastos públicos e da inflação, a convocação da Assembléia Constituinte, a proposta de reforma agrária e o estabelecimento do princípio da eleição direta para a Presidência, entre outras medidas adotadas.

As linhas do discurso estão sendo coordenadas pelo Assessor de Assuntos Econômicos do Planalto, Luiz Paulo Rosenberg, que vem recebendo subsídios de todos os Ministérios, mas o texto final será de responsabilidade do próprio Sarney.

Presidente não abre espaço para Superministro

BRASÍLIA — Um influente assessor presidencial disse ontem que o Brasil tem agora um Presidente forte e que governa sem abrir mão do Poder e arcando sempre com todos os ônus de suas decisões. Ele garantiu que no atual Governo não há nem haverá espaço para a existência de um Superministro, como ocorreu com Delfim Netto no Ministério da Fazenda do Governo Médici e na Secretaria de Planejamento do Governo Figueiredo.

Sua interpretação é de que Superministro só atua em governos em que os mandatários não têm gosto e apetite pelo Poder. De acordo com o assessor, Tancredo Neves também não teria um Superministro pois era igualmente um político “e um Presidente político não costuma entregar o Poder para outros o exercerem na prática”.

No estilo Sarney, informa seu colaborador direto, as discussões entre os integrantes da sua equipe são sempre bem-vindas. Após sua decisão, porém, acabam-se as divergências, porque passa a existir uma posição de Governo.

O pensamento de Sarney, expresso por esse seu assessor, é de que a política de Governo é prerrogativa do Presidente da República, não sendo nunca a política de um ou de outro ministro. Para o Presidente, o papel dos ministros é de apresentar alternativas que lhe permitam decidir com maior conhecimento das consequências que cada medida tomada acarretará à Nação.

Diz o assessor ser isso que Sarney tem determinado a seu Ministério, antes de apresentar qualquer decisão de Governo,

exemplificando com a proposta da reforma agrária, o aumento das prestações da casa própria, o “pacote” econômico para reduzir o déficit público, com os cortes de despesas das empresas estatais e aumento da arrecadação tributária.

Dentro desta linha de ação, segundo o colaborador direto do Presidente, não podem ser encaradas como quebra da unidade do Governo as recentes divergências entre o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad (em torno da profundidade do corte nos gastos das estatais e da proposta de recomposição tarifária para atenuar o déficit). O mesmo, afirmou, se pode dizer das divergências de Dornelles com o Ministro da Agricultura, Pedro Simon, sobre o preço de venda dos estoques dos produtos agrícolas em poder do Governo.